



IX ANPED SUL
SEMINÁRIO DE PESQUISA EM
EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL **2012**

MODELOS DE DEFICIÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ingrid Augustin - UCS

Resumo: Para compreender cientificamente os caminhos que levaram a situação atual da inclusão escolar da pessoa com deficiência, se faz necessário conhecer historicamente este percurso. Existem modelos de deficiência que influenciados por períodos históricos exerceram predomínio, assim como os modelos que atualmente emergem inspirados em movimentos da sociedade contemporânea. Ao estudar os diferentes modelos, propõe-se resgatar as abordagens da deficiência e poder colaborar com uma construção conceitual acerca da percepção de deficiência frente às políticas públicas para inclusão de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: deficiência, modelos de deficiência e inclusão.

Estudos relacionados aos processos de inclusão escolar de pessoas com deficiência e relativos às políticas públicas, vem sendo amplamente desenvolvidos. Modelos de deficiência são meios conceituais para se compreender os pressupostos que os processos educativos sofrem ou sofreram. Os modelos de deficiência conhecidos em diferentes períodos históricos tiveram transformações calcadas pela necessidade da pessoa com deficiência e pelo próprio sistema sociopolítico e econômico. Alguns modelos surgiram em períodos distintos que por sua vez eram científica ou moralmente aceitos. Muitas ações assumidas atualmente como senso comum frente à deficiência são reflexos remanescentes de determinado modelo. Os principais modelos são influenciados por duas filosofias fundamentais relacionadas às pessoas com deficiência: uma as vê como dependentes na sociedade onde vivem, e a outra as percebe como clientes do que a sociedade oferece.

A descrição e o desenvolvimento dos modelos de deficiência evoluíram de forma humanizadora quando as próprias pessoas com deficiência legitimaram os modelos a partir de suas necessidades e concepções. Isso não significa que hoje tenhamos um único modelo que contextualiza a escola inclusiva. Porém, pode-se contar com os modelos, como ferramentas que governos e sociedade utilizam para criar estratégias que atendam melhor às necessidades das pessoas com deficiência. O que segue é uma breve descrição dos principais modelos de deficiência contextualizados historicamente e suas vertentes mais atuais.

Modelo caritativo de deficiência.

Durante a era pré-cristã iniciada ainda no Império Romano, os movimentos de humanização e caridade à pessoa com deficiência foram pregados a partir das passagens bíblicas que sugeriam o respeito e a ajuda. A caridade passou a ser valorizada como forma de redenção e culturas de origem cristã começaram a praticar este princípio.

O modelo caritativo percebe a pessoa com deficiência como vítima merecedora de caridade e de ajuda. A pessoa com deficiência é vista como tendo uma vida trágica e sofrida. Os cuidadores são os únicos responsáveis pelos serviços prestados, tendo plenos poderes no tipo de atendimento que a pessoa com deficiência receberá. Como a pessoa com deficiência é considerada diferente da normalidade, uma variedade de ações são tomadas. Ou seja, é fornecido à pessoa com deficiência transporte especial, prédios especiais, oficinas protegidas de emprego, instalações de convivência e escolas especiais. Ainda que sejam com bons intuitos, geralmente instituições especializadas oferecem serviços menos desafiadores intelectualmente, o que dificulta o ingresso da pessoa com deficiência no meio social, acadêmico ou no mercado de trabalho. Como a criação destes locais e serviços demandam recursos financeiros, o que é de responsabilidade governamental, as pessoas com deficiência acabam prejudicadas em detrimento de outras demandas para a maioria da população.

O modelo caritativo da deficiência reforça a autopercepção da pessoa como necessitada, o que as pessoas sem deficiência enxergam na deficiência passa a fazer parte da sua autopercepção, fenômeno conhecido como “mirror effect” (HARRIS, 2003).

Modelo médico tradicional

Historicamente pode-se apontar o século XVIII como o período em que a medicina sofreu avanços e buscou a reabilitação de pessoas. Feridos de guerras eram readaptados às funções militares de acordo com suas habilidades, resultando num período de grandes êxitos médicos. A ciência começou a compreender a deficiência, desassociando-a de bruxarias e outras explicações místicas, voltando-se, por consequência, para descobrir a cura das patologias existentes. Essa transformação foi um marco e permanece até os dias atuais como modelo médico de atendimento e serviços para a pessoa com deficiência.

Esse modelo percebe a pessoa portadora de uma patologia. Ou seja, primeiramente está a deficiência da pessoa, e ela é relegada a um papel passivo de paciente. É um modelo de deficiência que busca um “padrão de normalidade”, de funcionamento físico, intelectual e sensorial. Este modelo indica que a pessoa com deficiência será dependente enquanto se busca a cura, o que pode nunca acontecer. O modelo vê a deficiência como um estado trágico

que ninguém, em sã consciência, gostaria de preservar, sem considerar as barreiras sociais, atitudinais e ambientais que envolvem essa condição (BONFIM, 2009. p. 41).

Existem, no entanto, intervenções relativamente simples que minimizam ou reduzem o impacto que a deficiência pode produzir. São casos em que cirurgias e intervenções ajudam efetivamente a pessoa com deficiência ou limitação. Com o diagnóstico precoce, o modelo médico promove a redução de incidência de deficiência. Não há como rejeitar o modelo médico no que tange aos benefícios físicos e sensoriais. A crítica a este modelo está em os esforços serem voltados exclusivamente à cura, prevalecendo o diagnóstico e desconsiderando qualquer aspecto de cunho social ou emocional.

Modelo Social de Deficiência

Entre os anos 60 e 70, os movimentos sociais de luta pelos direitos humanos e respeito à diversidade se efetivaram. Iniciou na Grã-Bretanha o modelo social de deficiência, cunhado a partir de fortes críticas ao modelo médico e sob um ponto de vista sociológico da deficiência. Em 1976, foi constituída a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* – UPIAS, a primeira organização política conduzida por pessoas com deficiência. O modelo social aponta criticamente para o modo como a sociedade se organiza, desconsiderando a diversidade das pessoas e excluindo pessoas com deficiência de meios sociais e políticos. Este modelo identifica três barreiras principais que a pessoa com deficiência enfrenta: barreiras de acessibilidade, institucional e atitudinais. Acredita-se que superando estas barreiras haverá um impacto benéfico para toda a comunidade.

O modelo social tem permitido à pessoa com deficiência retomar o controle de sua própria vida e ainda ter o poder de tomar decisões nos meios sociais, participando ativa e politicamente de sua comunidade. Esta abordagem leva a compreender que o problema não está na pessoa ou na sua deficiência, mas que a deficiência assume uma dimensão social que leva à exclusão. Este modelo argumenta do ponto de vista sociopolítico, que a deficiência resulta da falha da sociedade, como explica Shakespeare (2006). Com uma perspectiva diferente sobre deficiência, este modelo apresenta paralelos entre as doutrinas de igualdade, buscando oportunidades numa base equitativa. Levada à sua conclusão lógica, não haveria deficiência dentro de uma sociedade plenamente desenvolvida.

Modelos de deficiência: derivações e atualidade

Frente aos modelos descritos, podem-se traçar vertentes, que norteiam as diferentes abordagens acerca da deficiência. Modelos emergentes que surgem de acordo com a necessidade da sociedade e ou das próprias pessoas com deficiência.

Relacionados ao **modelo caritativo** de deficiência estão: **Modelo Religioso** – entende a deficiência como castigo divino; **Modelo Moral** - associa a deficiência à vergonha e à culpa.

Com os avanços da medicina outros modelos surgiram embasados no **modelo médico tradicional**: **Modelo Biomédico** - a deficiência é identificada como patologia; **Modelo Especialista ou Profissional** - especialistas buscam as medidas para melhorar a situação da pessoa; **Modelo de Reabilitação**: serviços para compensar o que a deficiência causa; **Modelo Biopsicossocial** – tendência atual, articula fatores sociais, biológicos e psicológicos. Reconhece a complexidade frente à deficiência.

A partir dos preceitos do **Modelo Social**, podem-se apontar modelos que surgem para auxiliar a compreensão de ocorrências econômicas e sociais frente à deficiência: **Modelo baseado em Direitos** – inspirado em estratégias de movimentos sociais em defesa dos direitos civis; **Modelo da Capacidade / Empowering** - a pessoa com deficiência e sua família definem o curso do seu tratamento e dos serviços prestados; **Modelo de Mercado** - foco no empoderamento econômico; **Modelo Social Adaptado**: apesar de a pessoa com deficiência ter limitações, a sociedade ainda é mais limitadora do que a deficiência em si. **Modelo Spectrum de Deficiência**: refere-se à audibilidade, visibilidade e sensibilidade da deficiência. Ou seja, a entidade ou a essência do que a deficiência revela na pessoa; **Modelo Econômico** – a deficiência é definida como um custo social causado pelos recursos voltados para pessoa com deficiência e pela sua produtividade limitada no trabalho, em relação às pessoas sem deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de os modelos de deficiência partirem de uma ordem biomédica, sociológica e mesmo antropológica acerca da deficiência, todos estão relacionadas com a educação da pessoa com deficiência. As políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência em escolas comuns de ensino no Brasil iniciaram seus esforços mais efetivos nas últimas duas décadas e ainda enfrentam barreiras de cunho arquitetônico, social e pessoal. Ao estudar os modelos de deficiência pode se compreender os motivos e o funcionamento de instituições especializadas não governamentais, mantidas por princípios caritativos, por exemplo. Além

disso, desconsiderar a existência de modelos como o de mercado ou econômico da deficiência seria ingenuidade, já que vivemos em um sistema de economia capitalista.

Para que a educação da pessoa com deficiência seja eficiente e apropriada, interpretar as políticas públicas e a legislação educacional à luz dos modelos e suas vertentes pode trazer informações pertinentes e significativas para os profissionais da educação. Alguns dos princípios filosóficos e sociais dos modelos estão de alguma forma, incutidos nestes documentos. Nesse sentido conhecê-los e compreendê-los permite um movimento de tomada de consciência que ultrapassa o simples fazer, buscando práticas que impliquem maior compreensão e inovação.

Esquema para confecção do pôster



Referências

BONFIM, Symone M. M.. **A luta por reconhecimento Das pessoas com deficiência: Aspectos teóricos, históricos e legislativos.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.2009.

HARRIS, Alison; ENFIELD, Sue. **Disability, Equality, and Human Rights. A Training Manual for Development and Humanitarian.** Osfam. UK ,2003

SHAKESPEARE, Tom. **Disability Rights and Wrongs.** Canada: Routledge, 2006.